

Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO		
Local: ARPB	Data: 26/08/2016	Hora: 09h00 às 11h00
Pauta: -Leitura da ata da reunião anterior; -Apresentação do plano de trabalho do Programa Paraíba Transparente; -Discussão sobre o Regimento Interno do CTPCC (vacância em caso de ausência); -outros assuntos; -agendamento da próxima reunião.		
Presentes: Waldir Porfírio, Gilmar Martins, Ricardo Lavôr, Gabriel Wright, Nilton Santos, Felipe Melo.		
Ausentes: Bertrand Asfora (justificada), Gilberto Carneiro (não justificada), João Bosco C. Júnior (não justificada), Aluizio Bezerra Filho (não justificada), Livânia Farias (não justificada), Antônio Tabosa (não justificada).		

A quinta reunião do CTPCC teve início com o Presidente do CTPCC, Waldir Porfírio, propondo a modificação do quórum mínimo para iniciar as reuniões desse Conselho, uma vez que já havia transcorrido 01 (uma hora) do horário marcado para o início da reunião. O Conselheiro Gilmar Martins sugeriu que a modificação fosse feita através de publicação de uma portaria da presidência do CTPCC. Em seguida foi realizada a leitura da ata da reunião anterior que contou com a aprovação de todos os Conselheiros presentes, com exceção do Conselheiro Gabriel Wright que optou por se abster, uma vez que não esteve presente na reunião anterior. Na sequência o Conselheiro Nilton Santos justificou a ausência da Conselheira Tânia Brito e completou dizendo que o ponto: “Apresentação do plano de trabalho do Programa Paraíba Transparente”, não será apresentado, pois a Conselheira julgou mais razoável observar a possibilidade de adesão ao Programa Brasil Transparente da CGU. O Conselheiro Gabriel Wright disse que os programas podem ter ações complementares e citou o estado da Paraíba como o que mais aderiu ao Programa Brasil Transparente. O Conselheiro Gilmar Martins sugeriu manter este tema na pauta da próxima reunião e recomendou que o Conselheiro Gabriel Wright apresentasse o Programa Brasil Transparente para que este conselho possa decidir sobre a adesão ou não referido programa. O Conselheiro Ricardo Lavor propôs que a Conselheira Tânia Brito, no intervalo entre as reuniões, iniciasse conversa com o Conselheiro Gabriel Wright para adiantarem a discussão sobre a aderência dos programas “Paraíba Transparente” e “Brasil Transparente”. O Conselheiro Gabriel Wright sugeriu ainda que posteriormente fosse formado grupo de trabalho, para o Brasil Transparente e também sobre a possibilidade de se estender o programa aos demais municípios paraibanos, incluindo até

concursos para seleção do município mais transparente. Em seguida, foi debatido o terceiro ponto da pauta: “Discussão sobre o Regimento Interno do CTPCC (vacância em caso de ausência)”, onde o Conselheiro Gilmar Martins citou o artigo 3º do Regimento Interno, em seu parágrafo 8º (...e outros casos de vacância..) e questionou se não seria o caso de substituir a vacância pela falta de quorum. O Conselheiro Waldir Porfírio sugeriu mudança no número de conselheiros para iniciar e reunião e a manutenção do quórum para deliberação. Dispôs-se a realizar visitas aos membros faltosos do CTPCC para que estes passem a frequentar as reuniões. O Conselheiro Gabriel Wright sugeriu que as convocações para as reuniões deste conselho fossem tanto para os titulares quanto para os suplentes. Também propôs trazer o relatório de fiscalização da CGU para discutir no conselho como forma de trazer melhoramentos aos pontos do relatório incluindo formação de grupo de trabalho e participação de auditor convidado da CGU, visando a contribuição do CTPCC aos pontos do relatório. Em seguida o Conselheiro Gilmar Martins fez a leitura do alerta (acórdão) do TCE, onde a partir de uma fiscalização foi sugerido dar ciência/conhecimento a este conselho. O Conselheiro Gabriel Wright sugeriu convidar representante da SECOM para esclarecimentos a este Conselho. A próxima reunião deste conselho foi marcada para o dia 14 de outubro, às 09h00, na ARPB. Encerrados todos os pontos da pauta foram agendados os seguintes encaminhamentos: 1. Oficiar a SECOM para a próxima reunião deste Conselho; 2. Apresentação do Programa Brasil Transparente e discussão do Paraíba Transparente; 3. Exposição do relatório da CGU (Pontos de Trabalho); 4. Tratar do alerta do TCE para deliberação dos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Gianka Cunha, a presente ata, com a anuência e todos os presentes acima nominados e referenciados.